

Parecer Técnico Conclusivo nº 1/2016/CTAP/CNRH/MMA

Assunto: Proposta de revisão da Resolução nº 144/2012 que “*Estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*”.

1. Histórico

1.1. A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos recebeu da Agência Nacional de Águas - ANA a solicitação de revisão de alguns dos artigos da Resolução CNRH nº 144/2012, especialmente, no que se refere ao Capítulo IV. Trata-se da alteração do período de abrangência do Relatório de Segurança de Barragens - RSB, passando do ano hidrológico para o ano civil, e, por conseguinte, alterando prazos para o envio de informações. As alterações passariam a vigorar a partir do Relatório referente ao ano de 2016.

1.2. Em atendimento ao que foi definido na 38ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os assuntos referentes à Segurança de Barragens seriam tratados na Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP. Desta forma, a matéria entrou na pauta da 79ª Reunião da CTAP, ocorrida em 20 de abril de 2016.

2. Análise

2.1 A Lei nº 12.334/2010 estabelece que compete a ANA coordenar a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens - RSB, que é expedido anualmente. O objetivo principal é retratar os avanços na implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB, sendo também importante para estabelecimento de comunicação com a sociedade. A Resolução CNRH 144/2012 dispõe que o RSB deve compreender o período entre 1º de outubro do ano anterior a 30 de setembro do ano de referência do relatório.

2.2 Como justificativa para propor a revisão, foi explicado pelo representante da ANA que a lógica do ano hidrológico dificulta a leitura, elaboração e compreensão do RSB. Como exemplo citou-se o acidente de Mariana, que ocorreu após 30 de setembro de 2015. Assim, esse desastre não irá constar no RSB 2015, somente no RSB 2016, que é elaborado e concluído apenas em 2017 (embora, dado o impacto deste desastre a ANA tenha publicado um encarte especial sobre o assunto). Ou seja, fatos ocorridos após 30 de setembro só serão reportados no RSB aproximadamente um ano e meio depois. Para evitar esse lapso de tempo, propõe-se que seja considerado o ano civil como referência para o relatório.

2.3 A proposta de alteração do período de referência do RSB, com compatibilização de todas as datas relacionadas ao assunto, constantes da Resolução CNRH 144/2012, foi analisada pelos membros da CTAP, que, por maioria de votos, concordaram com as modificações.

2.4 Ao longo das discussões, foi também encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH proposta para modificação do artigo 14, para alterar a competência para análise

e propostas de melhorias referentes ao RSB da CTIL para a CTAP. Além disso, ficaria excluída a menção a “grupo de trabalho” hoje existente no dispositivo, de forma que a CTAP poderá deliberar, a cada exercício, pela melhor forma de se organizar para apreciar o relatório. Os membros da Câmara concordaram com a modificação.

2.5 Na sequência, apresenta-se o texto original da Resolução e a nova redação acordada para os artigos 9º ao 15, bem como a proposta de um novo artigo (21-A), a ser inserido em capítulo de “disposições transitórias”, o qual visa esclarecer que as alterações nas datas valerão somente a partir do RSB de 2016 (não impactando, portanto, o prazo de entrega ao Congresso Nacional do RSB de 2015). Quanto aos prazos, observa-se que a rigor propõe-se um deslocamento de três meses nos prazos anteriormente previstos, adequando-os, assim, ao ano civil.

Art.9º. O Relatório de Segurança de Barragens deverá compreender o período entre 1º de outubro do ano anterior e 30 de setembro do ano de referência do relatório.

Art. 9 Proposto. O Relatório de Segurança de Barragens deverá compreender o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano de referência do relatório.

Art. 10. A ANA, até 30 de junho de cada ano, poderá estabelecer o conteúdo das contribuições e formulários padronizados para recebimento das informações que comporão o Relatório de Segurança de Barragens, devendo ser disponibilizados em seu sítio eletrônico.

Parágrafo único. Caso a ANA não estabeleça o disposto no caput será mantido o conteúdo mínimo e os formulários adotados no exercício do ano anterior.

Art. 10 Proposto. A ANA, até 30 de setembro de cada ano, poderá estabelecer o conteúdo das contribuições e formulários padronizados para recebimento das informações que comporão o Relatório de Segurança de Barragens, devendo ser disponibilizados em seu sítio eletrônico.

Parágrafo único. Caso a ANA não estabeleça o disposto no caput será mantido o conteúdo mínimo e os formulários adotados no exercício do ano anterior.

Art.11. Os empreendedores terão prazo até 31 de outubro de cada ano para enviar aos órgãos fiscalizadores as informações necessárias para elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.

Art.11 Proposto. Os empreendedores terão prazo até 31 de janeiro de cada ano para enviar aos órgãos fiscalizadores as informações necessárias para elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.

Art.12. Os órgãos fiscalizadores terão prazo até 31 de janeiro de cada ano para enviar à ANA as informações necessárias para a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.

Parágrafo único. A ANA deverá informar no Relatório de Segurança de Barragens o não recebimento das informações solicitadas aos órgãos fiscalizadores.

Art.12 Proposto. Os órgãos fiscalizadores terão prazo até 30 de abril de cada ano para enviar à ANA as informações necessárias para a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.

Parágrafo único. A ANA deverá informar no Relatório de Segurança de Barragens o não recebimento das informações solicitadas aos órgãos fiscalizadores.

Art.13. A ANA deverá encaminhar o Relatório de Segurança de Barragens ao CNRH até 31 de maio, de forma consolidada.

Art.13 Proposto. A ANA deverá encaminhar o Relatório de Segurança de Barragens ao CNRH até 31 de agosto, de forma consolidada.

Art. 14. Fica instituído o Grupo de Trabalho no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL com o objetivo de analisar o relatório elaborado pela ANA e propor as recomendações para a melhoria da segurança de barragens.

Parágrafo único. O GT será constituído por dois membros de cada segmento representado na CTIL.

Art.14 Proposto. A Câmara Técnica de Análise de Projetos analisará o relatório elaborado pela ANA e poderá propor recomendações para a melhoria da segurança de barragens.

Art. 15. Cabe ao CNRH, anualmente, apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário, recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional até 20 de setembro de cada ano.

Art.15 Proposto. Cabe ao CNRH, anualmente, apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário, recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional até 15 de dezembro de cada ano.

Art. 21-A (Novo). Os prazos mencionados nos artigos 9º a 13 e no artigo 15 serão aplicáveis a partir da elaboração do Relatório de Segurança de Barragens referente ao ano de 2016.

3. Conclusão

3.1 Ao final da análise pela CTAP, a matéria foi aprovada com as propostas descritas neste parecer. Ressalte-se que a redação do novo artigo 21-A não foi discutida na reunião, porém esta Presidência notou a ausência de um dispositivo que mencionasse a partir de quando passariam a vigor os prazos alterados. Das discussões ocorridas quando da deliberação do tema na CTAP, entendemos que seria somente a partir do RSB 2016, informação a qual confirmamos posteriormente com a ANA. Outro ponto não discutido na reunião diz respeito à alteração do primeiro “considerando”, proposta pelo MMA após a reunião. O intuito da modificação é que o texto faça menção à versão mais atualizada do Regimento Interno do CNRH.

3.2. Reforçamos que não vemos prejuízo na inclusão *ex post* dessas duas alterações, pois buscam apenas incorporar algo que já havia sido discutido (vigência das novas datas) ou dar mais consistência ao texto (atualização da menção à versão mais atual do Regimento Interno). A minuta de Resolução elaborada será encaminhada para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL.

3.3. Desta forma, esta Câmara Técnica recomenda sua aprovação pelo Plenário do CNRH.

Este é o parecer



PAULO HENRIQUE SIQUEIRA ISOBE

Presidente da CTAP

Em, 6 de maio de 2016.